



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14426 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT03 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA INSTITUCIONAL E COTIDIANA DA CRIANÇA –  
RELAÇÕES, IMPACTOS E DESDOBRAMENTOS**

Regiane Sbroion de Carvalho - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Agência e/ou Instituição Financiadora: PIBIC/Capes-UERJ

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA INSTITUCIONAL E COTIDIANA DA CRIANÇA  
– RELAÇÕES, IMPACTOS E DESDOBRAMENTOS**

**Resumo**

Este trabalho tem o objetivo de compreender como crianças que vivenciaram espaços de participação política coletivos reivindicatórios – manifestações ou atos políticos – vislumbram os possíveis desdobramentos de situações e problemas cotidianos, as ações propostas, os sujeitos que realizam as ações e como elas nos informam sobre suas construções subjetivas acerca da política cotidiana. Para isso, realizamos uma pesquisa com seis crianças que participaram de manifestações políticas na cidade do Rio de Janeiro em 2019 e que em 2021 foram novamente entrevistadas individualmente de forma remota. O elemento disparador foi uma história era apresentada à criança, que era convidada a finalizá-la. Como resultado, verificamos que as crianças basearam suas ações em um enfrentamento individual das situações, sendo os protagonistas dessas ações majoritariamente adultos. Concluímos que a vivência de espaços de participação política não garante a significação subjetiva de seus participantes enquanto sujeitos de ação que modificam seus contextos e relações.

**Palavras-chave:** participação infantil; participação política; criança; atos políticos; subjetividade.

A participação de crianças é um tema que surge, como área de investigação e atuação, a partir da década de 1980, com o advento de legislações que versavam pela primeira vez sobre os direitos de escuta, ação e participação da criança (CARVALHO, 2011, 2015;

CARVALHO; SOARES, 2021; RENAUT, 2002) e de campos teóricos que focavam a ação e concepção da criança enquanto sujeito que constrói seus contextos e relações, devendo ser considerada, em pesquisas, projetos e políticas públicas, a partir de seu próprio lugar histórico, social, etário e geracional, e não de visões adultas sobre ela (CASTRO, 2013; SARMENTO, 2007). Com a confluência dessas áreas de conhecimento, projetos e ações, encontramos-nos em um momento histórico em que é possível vislumbrar a inserção e participação (política) da criança em seus contextos, relações e até mesmo em políticas públicas (CARVALHO; SOARES, 2021).

Para Larkins (2021), a participação infantil é um conceito polissêmico e

Está associada às ideias de voz, envolvimento, agência, poder e influência nas vidas pessoais, serviços, política e tomadas de decisão. Mas a participação também pode ser sobre os contributos materiais para a família, as comunidades ou a sociedade mais alargada ou mesmo fazer parte da educação. Como a participação é definida e entendida varia entre os indivíduos e os sectores, os contextos culturais e económicos e a língua (LARKINS, 2021, p. 387).

Entretanto, a partir de uma visão baseada em Vygotski (2012), Carvalho (2011, 2015, 2022), afirma que, uma vez que todos os sujeitos empenhados em interações sociais participam dessas relações e contextos, “vivenciando-as, atribuindo sentidos, apropriando-se dos espaços e relações, inseridos em jogos de poder os quais possibilitam ou não o exercício de papéis ativos de fala, decisão e impacto” (CARVALHO, PINHEIRO, SOARES, 2022, p. 654/655), devemos focar e analisar as *formas* de participação da criança – incluindo a participação política (CARVALHO, 2015).

Assim, focaremos na participação política da criança, que, a partir das proposições de Gramsci (COUTINHO, 2007; ROSA, 2013) e Thompson (2009), pode ser definida como a análise de como “o poder se estabelece e circula entre os sujeitos de interação” (CARVALHO, PINHEIRO, SOARES, 2022, p. 655), sendo possível conceber duas formas de participação política: institucional e cotidiana (CARVALHO, 2013; CARVALHO, PINHEIRO, SOARES, 2022). A primeira abarca relações e práticas ligadas ao Estado, em espaços de relações entre governantes e governados, os quais são institucionalmente reconhecidos como políticos, podendo ser reivindicatórios ou decisórios para criação e realização de políticas públicas. Já a segunda, a cotidiana, está relacionada às interações e vivências intersubjetivas que ocorrem em nosso dia a dia, nas relações microssociais, face-a-face, e refere-se à forma como o poder é negociado nessas relações entre os sujeitos, possibilitando maior ou menor espaço de ação, decisão e escuta (CARVALHO, PINHEIRO, SOARES, 2022; CARVALHO, 2013).

A partir dessa compreensão, debruçamo-nos na investigação da participação política de crianças, interrelacionando participação política institucional e cotidiana, ao investigarmos os desdobramentos subjetivos das participações de crianças em atos e manifestações políticas (política institucional), principalmente nas possibilidades de ação dos sujeitos em contextos sociais e seus papéis e posicionamentos frente aos problemas enfrentados (participação política cotidiana). Assim, no presente trabalho, temos o objetivo de compreender a forma que crianças que vivenciaram espaços de participação política institucionais coletivas

reivindicatórias – manifestações ou atos políticos – vislumbram os possíveis desdobramentos de situações e problemas cotidianos, as ações propostas, os sujeitos que realizam as ações e a forma que elas nos informam sobre suas construções subjetivas sobre a política cotidiana e seus sujeitos.

Participaram da pesquisa seis crianças – Mayara <sup>[1]</sup> (5 anos); Gustavo (6 anos); Elaine (8 anos); Adriana (9 anos), Amanda (10 anos) e Neide (11 anos) – que frequentaram quatro manifestações políticas realizadas em 2019 na cidade do Rio de Janeiro, tendo participado de uma pesquisa naquele momento. Em 2021, foram contactadas para a participação na presente pesquisa e, assim, realizamos uma entrevista remota via *Google Meet*, nos meses de agosto e setembro de 2021, em que as crianças foram convidadas a realizar uma brincadeira em que finalizavam uma estória em que uma criança frequenta uma escola com problemas de infraestrutura. As estórias visavam compreender como as participantes compreendiam o papel das crianças nas situações e as formas de enfrentamento propostas. Para o aprimoramento das estórias foram realizados estudos pilotos e a pesquisa foi submetida à Comissão de Ética em Pesquisa. Foram contadas também outras cinco estórias que focavam outros contextos de vivência das crianças, mas, no presente trabalho, focaremos na estória mencionada.

A análise do *corpus* empírico foi feita a partir de leituras das transcrições das entrevistas, agrupando as falas que apresentavam sentidos similares, construindo as seguintes categorias:

1. Resolução do problema – a criança propôs ações que visam solucionar o problema apresentado?
2. Ações propostas – quais as características das soluções apresentadas?
3. Sujeitos de ação – quem são as pessoas que protagonizam a ação proposta?

As categorias supracitadas possibilitaram uma análise e discussão sobre as características, conteúdos e sujeitos que compõem as soluções apresentadas pelas crianças e verificar se a participação delas em espaços institucionais reivindicatórios coletivos incide nas características das soluções apresentadas, mas principalmente nos sujeitos protagonistas dessas ações, isto é, se as crianças são apresentadas como sujeitos dessas ações.

Cinco das seis crianças participantes da pesquisa descreveram alguma forma de ação relacionada à questão apresentada buscando a *(1) resolução do problema*: Gustavo (6); Elaine (8), Adriana (9), Amanda (10) e Neide (11). A única criança que não focou na resolução do problema foi Mayara (5), que afirmou: “*Eu... voltaria para casa. É...eu ficaria em casa*”. A ação por ela proposta não estava vinculada a solucionar o problema encontrado no ambiente escolar, mas a sair e abandonar esse local.

Entre *as ações propostas pelas crianças (2)* encontramos:

(2.1) *Falar*: “*Ela, zangada, chegou a falar com a diretora sobre histórias [...]* (Elaine, 8);

(2.2) *Reclamar*: “[...] *Maria foi e reclamou com a diretoria, com as coordenadoras [...]*” (Neide, 11) e “[...] *Julia foi na diretoria e falou: a escola é ruim...*” (Adriana, 9);

(2.3) *Pedir*: “[...] *pedindo pra ajeitarem as coisas que não tinham cadeiras, não tinha merenda, não tinha água.*” (Neide, 11);

(2.4) *Comprar as coisas para levar para a escola*: “*ele pediu para minha mãe, para mãe dele comprar coisa cedinho pra levar pra escola e colocar o papel higiênico, a merenda, uma receita de... com as comidas mais boas e água*” (Gustavo, 6);

(2.5) *Arrecadar dinheiro*: “[...] *depois que acabou a aula ela voltou em casa e falou com a mãe dela [...] que a escola tava muito precária, que precisava de diversas coisas que não tinham, que as crianças necessitavam, então a mãe e ela ajudaram fazendo, arrecadando dinheiro para conseguir mantimentos tipo comida, água e papel higiênico pra essa escola [...]*” (Amanda, 10). Diferente das ações anteriores, a proposta de Amanda recorre à mãe para acionar o coletivo para arrecadar dinheiro para sanar os problemas apresentados. Entretanto, verificamos que a menina recorre a iniciativas privadas.

Sobre os *sujeitos das ações (3)*, verificamos que três crianças propuseram ações em que os sujeitos que realizavam a ação eram adultos (Gustavo, 6; Elaine, 8; Neide, 11), sendo que duas crianças se referem a adultos do espaço escolar – diretora (Elaine, 8; Neide, 11) e coordenadora (Neide, 11) –, e uma se referiu a um adulto fora do ambiente escolar – a mãe (Gustavo, 8). Uma criança se referiu a uma ação realizada conjuntamente pela criança e sua mãe. Podemos nos questionar se esse fato se refere a uma concepção de que a criança não conseguiria sozinha realizar a ação e, por isso, recorre a um adulto de referência. Entretanto, devemos destacar que a criança se vê como um sujeito capaz de refletir e propor ações que buscam a solução dos problemas encontrados no ambiente escolar. Outras duas crianças apontaram as crianças como protagonistas das ações: Mayara (5) e Adriana (9): “[...] *E ela foi para uma nova escola que era melhor [...]*”. Verificamos que, nas ações propostas, o poder de ação ainda permanece com o outro – o adulto – cabendo às crianças reclamar, pedir, falar, mas a decisão e a resolução do problema cabem ao adulto, seja do espaço escolar, seja de fora dele, demarcando ainda uma relação de hierarquia e afastamento da criança de decisões e modificações de seus contextos. Nas ações em que o poder é centralizado nas crianças, as saídas apresentadas não se referem à resolução do problema, mas a uma saída individual em que a criança abandona o espaço com problemas, mudando de escola ou ficando em casa, sem modificações no espaço.

A vivência pelas crianças de espaços de participação política institucional reivindicatórios, coletivo e, muitas vezes, propositivo – as manifestações políticas – possibilitam que elas experimentem um papel ativo, não usualmente por elas ocupados em seus espaços e relações. Tais vivências poderiam resultar na construção de subjetividades que as possibilitassem se posicionar ativamente na proposição e resolução de problemas. Entretanto, verificamos que a vivência das manifestações políticas não garantiu que as

crianças vislumbrassem possibilidades de participação política cotidiana que as posicionassem como sujeitos de poder na resolução de problemas. Mesmo sendo a subjetividade constituída na construção de sentidos e significações de todas as suas vivências, sendo que as crianças interagem cotidianamente com espaços que as excluem das decisões, as oprimem e, até as violentam, cabe-nos aprofundar na investigação sobre a forma que o poder se materializa e o papel da criança nas manifestações.

Além disso, devemos destacar que o contexto em que a situação se desenrola é a escola, espaço apontado por crianças e jovens com pouca possibilidade de serem escutadas e participarem de espaços decisórios (CARVALHO, 2011; 2015; CASTRO, 2013; CARVALHO, PINHEIRO, SOARES, 2022) nos questionando o peso dessas regras e relações nas subjetividades das crianças e no impacto em sua visão enquanto sujeitos de participação política cotidiana e institucional.

Dessa forma, compreendemos que, além de polissêmica, a participação é relacional, depende do momento histórico, concepções e relações geracionais, econômicas, de gênero, e também das regras e relações institucionais e das vivências, por vezes contraditórias, dos sujeitos para sua ressonância e impacto em suas vidas, relações e cotidianos.

## Referências

CARVALHO, Regiane Sbroion de. **Participação infantil:** reflexões a partir da escuta de crianças de assentamento rural e de periferia urbana. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011.

CARVALHO, Regiane Sbroion de. **Política e infância:** aproximações a partir da escuta de crianças de movimentos sociais de luta pela terra. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

CARVALHO, Regiane Sbroion de; SILVA, Ana Paula Soares da. Direitos de participação política e infância: emergência de novos sujeitos? In: ALMEIDA, Elmir.; PINHEIRO, Leandro R; GROppo, Luiz Antonio; IRIART, Mirela Figueiredo S. (Org). **Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos: uma antologia do GT03 da ANPEd.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. p. 379- 398.

CARVALHO, Regiane Sbroion; PINHEIRO, Ricardo Lana; SILVA, Ana Paula Soares. Apropriação do espaço escolar e participação infantil por crianças de movimentos de luta pela terra. **Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 648-668, mai./ago. 2022.

CASTRO, Lucia Rabelo de. **O futuro da infância e outros escritos.** Rio de Janeiro: FAPERJ: 7 Letras, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político** (3rd ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LARKINS, Cath. Participação / Participation. In: TOMÁS, C. A. et al. (Ed.). **Conceitos-chave em Sociologia da Infância: perspectivas globais / Key concepts on Sociology of Childhood: global perspectives**. Minho: UMinho Editora, 2021. p. 385–391

RENAUT, Alan. **A libertação das crianças: contribuição filosófica para uma história da infância**. Cidade: Instituto Piaget, 2002.

ROSA, Leandro Amorim. **Participação política: sentidos e significados atribuídos por membros do setor de educação de um assentamento rural**. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2013.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELLOS, V. M. R. de; SARMENTO, M. J. (Eds.) **Infância (in)visível**. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2007, p. 25–49.

THOMPSON, John. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 2009.

VYGOTSKI, Lev Semionovich. **Obras escogidas - IV. Paidología del adolescente. Problemas de la psicología infantil**. (N. J. Vidarte Vargas & I. Filanova, Trans.). Madrid: Antonio Machado Libros, 2012.

---

<sup>[1]</sup> Nomes fictícios.